

O telejornalismo brasileiro e suas memórias¹

Por

S.Squirra

e

Antonio de Andrade

“A TV pode ensinar, pode iluminar o caminho do homem, sim, pode inclusive iluminar o homem. Mas ela só pode cumprir estas tarefas se o homem manipulá-la nestas direções. De outra forma, ela se tornará somente ondas e luzes numa caixa”.

Ed Murrow

Resumo

Apesar da maciça presença dos telejornais como meio de informação que possibilita a tomada de conhecimento dos fatos relevantes da nação, este estudo pontua que é escasso o entendimento da história do jornalismo eletrônico brasileiro, sobretudo com análises que resgatem os modelos e as práticas editoriais realizados tanto por jornalistas quanto pelas emissoras. Isto é importante, pois como os autores tentam evidenciar, o mais importante telejornal do país, o Jornal Nacional da Rede Globo, definiu e implantou padrão de produção inovador quando foi inaugurado mas, fiel ao modelo militar existente no momento de sua chegada, introduziu padrões e controles técnico e estético que eliminaram das telas os brasileiros desprovidos de posses e cultura, numa clara demonstração de descaso com a composição social do país. Corroborando isto, a opção pelo poder fez com que o JN apresentasse, principalmente nas décadas de 1970, 1980 e 1990, os alinhados representantes das elites políticas, culturais e empresariais, numa determinada política editorial de assepsia étnica e alinhamento com as elites brasileiras. Isto fez com que durante muito tempo, os brasileiros não se identificassem nos seu mais importante telejornal.

Palavras-chave:

Telejornalismo – memórias do telejornalismo – telejornalismo e poder – estética do telejornalismo – práticas do telejornalismo

Title:

¹ Texto publicado na revista **Comunicação: Veredas**, da Unimar-Universidade de Marília, 2005, no. 4, p.73-90

The blurred memory of the Brazilian TV News journalism

Abstract:

Despite the huge participation of TV as a medium that gives audience the possibility of knowing what is important, this study aims to show that in Brazil it was not usual that researchers focuses on revealing the practices and choices both in technical or esthetical fields in the TV News programs, mainly in the leading one, the Jornal Nacional, of the Globo Network. Since its beginnings, the Globo Net defined several technical patterns and did some others in the model of what kind of people could present its point of view and should appear in this journalistic program. Like the authors intend to demonstrate here, poor and illiterate Brazilians was not shown in this TV news program. Nevertheless, sophisticated persons belonging to the Brazilian economic, political or cultural elite were often interviewed, pointing out the strong relationship this network had with the military system and with the establishment in this country. Consequently, for long time the Brazilians did not recognize itself in the most watched TV News program.

Key words:

TV News programs – memories of electronic journalism - electronic journalism and power – esthetics in TV news programs -

A memória do telejornalismo brasileiro raramente tem sido foco de resgates históricos centrados no entendimento das ações empresariais e dos papéis dos profissionais que participam (e participaram) deste cenário comunicacional. Esta constatação veio à tona ao participar do Observatório da Imprensa na TV (TV Cultura) no dia 14 de maio de 2006, quando a pauta era o papel dos telejornais e as estratégias mercadológicas das emissoras. O assunto emergiu quando afirmei que a Rede Globo, -- a principal emissora do país, sobretudo nos anos 1970 e 80-- tinha por prática conduta de assepsia estética e controle editorial ao abordar questões e personagens populares. Fui interpelado ao declarar que “velhos, desdentados, mal trajados, incultos e descabelados, sobretudo quando fossem mulheres e negros” não apareciam na tela de tal emissora. Na ocasião pareceu que falava grego e que tal contexto havia existido somente na minha imaginação e jamais na TV Globo e nos telejornais desta emissora.

Antes de tudo, é importante destacar que alguns escritores, jornalistas e intelectuais abordaram a questão dos padrões estético/culturais advindos com o regime militar, apontando que isto não se resume ao “universo dos comunicadores” ou, ainda mais focado, ao “mundo dos telejornalistas”. Indo nesta direção, Maria Rita Kehl, no já “clássico” *Anos 70-5. Televisão*, destaca que “*o Padrão Globo de Qualidade que se firmou sobretudo a partir de 73 com a chegada no Brasil da televisão colorida é incompatível com a estética do subdesenvolvimento criada por produtores culturais de esquerda – os Teatros de Arena e Oficina (...) o CPC da União Nacional dos Estudantes, os cineastas do Cinema Novo*”, conforme está em seu texto “Um só povo, uma só cabeça uma só nação”, à p.12 desta obra.

Na mesma época a Rede Globo se estruturava para tornar-se uma grande emissora de TV profissional, trazendo projeto pioneiro e de inegável qualidade técnica para os padrões brasileiros de montagem e exploração do espectro. Mas, o padrão implantado com o modelo norte-americano

ditava normas restritas para que o “negócio” frutificasse de forma segura, justificando as políticas e os investimentos realizados. Apesar destes processos trazerem procedimentos saudáveis até os dias de hoje, pois implantaram a grade horária confiável, a programação segura, a modernidade visual etc, impingiram outros de difícil escape, dadas as necessidades da produção “em série”, com esmeros técnicos na captação da imagem e som (é importante lembrar que, muitas vezes, a concorrência descuidava irresponsavelmente destes pressupostos) e os intentos de homogeneização mundial da programação, no que atualmente tornou-se conhecido como “mundo plano”. E, neste sentido, Maria Rita Kehl complementa *"a opulência visual eletrônica criada pela emissora (Rede Globo) contribuiu para apagar definitivamente do imaginário brasileiro a idéia de miséria, de atraso econômico e cultural; e essa imagem glamourizada, luxuosa ou na pior das hipóteses antisséptica (...) contaminou a linguagem visual de todos os setores da produção cultural e artística que se propunham a atingir o grande público"*.

No geral, é possível reconhecer que a pressão autoritária e vertical por revelar à audiência o modelo de um Brasil “limpo, jovem, dinâmico e pacífico”, onde tudo estava na mais “perfeita ordem” (como acreditava o general-presidente Emilio G. Médici), era de difícil não observância, dadas as distintas formas de controle, imposição e censura então vigentes. E não se tratava de controlar unicamente a comunicação realizada via emissoras de televisão, mas sobretudo estas, dadas sua abrangência e incrustação no chamado “imaginário” popular. É reconhecido que todas as demais formas de divulgação do conhecimento e cultura também foram atingidas. Mas, a TV foi a mais visada pela gigantesca penetração de suas mensagens em todos os estratos sociais.

Amalgamando este cenário, é importante pontuar a conhecida proximidade de Roberto Marinho (e, por tabela, dos seus veículos de comunicação, sobretudo a TV Globo) com o regime militar e, justamente por isto, de ascendência sobre todos os presidentes e candidatos aos cargos políticos de expressão no país. Aliás, certa ocasião, afirmava-se que o metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva “nunca seria presidente, antes de falar com o Roberto Marinho” pois, se assim não fosse, o dono da Globo colocaria o poder da emissora contra o líder sindical (não só este, aliás, tal princípio era válido para todos os candidatos que, sem exceção, tiveram que pedir audiência com o “kaiser” da Globo). Lula foi um político difícil para os padrões vigentes na Globo, por ser uma figura pública com imagem “complicante” para a identidade visual da Globo, por ser torneiro mecânico, atarracado, semianalfabeto, nordestino e barbudo. E socialista! O concorrente Fernando Collor era o contrário: esbelto, culto e dinâmico filho do sistema (justamente o modelo então valorizado pela estética da casa). Mas, democrático... Deve ser por isso, que o jornalista Eugênio Bucci concluiu que a Globo retratava Lula como “doença”, por causa do tratamento que este recebia do Fantástico (enquanto Collor era mostrado como “a cura”). Hoje já se conhece detalhes das ações não democráticas praticadas na edição do debate pela emissora, sendo duro resistir de citar a manchete que anunciava que o “Vice da Globo acha que o telejornal favoreceu Collor”, conforme estampado na Folha de S.Paulo, no Caderno Diretas89, do dia 17.12.1989 (p.B8).

No intuito da ilustração da estreiteza das relações da Globo com o poder federal (por sabido, antagonico ao que se verifica nos EUA, onde a mídia se pauta pelo princípio do “watchdog role”), acrescento mais um comportamento editorial que esta emissora praticou, agora nas conclusões da pesquisa realizada por Antonio de Andrade e Sandra Reimão na Faculdade de Comunicação Multimídia da Universidade Metodista de S.Paulo: *"o quadro de relacionamento entre a TV Globo e o governo militar permitiu a ocorrência de algumas situações inusitadas como quando em meados de 1971 a Rede Globo, preocupada com os prejuízos financeiros advindos da demora na*

expedição dos pareceres da censura, lentidão esta decorrente da falta de equipamentos e recursos humanos no órgão federal, resolveu a emissora doar ao Departamento de Censura um moderno equipamento de vídeo, além de ceder gratuitamente profissionais habilitados para desenvolver com maior rapidez os trabalhos de verificação da programação submetida à censura prévia".

Mas, retornemos à questão do modelo editorial que então esta emissora praticava, seguro que o cidadão “comum” não estava presente quando tratava dos assuntos que afetavam a população naquele tempo, sobretudo nos espaços que os jornalistas chamam de “o povo fala”. A década de 70 foi muito importante para a expansão da indústria cultural no Brasil, e os personagens simples do vasto território acabaram sendo atingidos de uma forma ou de outra pelas novas mensagens da principal emissora de TV de então. Assim, lembra Kehl à página 11 da obra acima citada que *“a este brasileiro resta o consolo da festa global, resta entrar em cadeia às oito da noite pelo Jornal Nacional (...) A este homem expropriado de sua condição de ser político, resta a televisão como encarregada de reintegrá-lo sem dor e sem riscos à vida da sociedade, ao Lugar Onde as Coisas Acontecem”*.

Naquele momento, a emissora entendia que era preciso consolidar um formato televisivo a ser aceito por todos, tivessem estes posses ou não, e onde os valores e comportamentos da “modernidade” governamental riscava de cena a realidade dos rincões da nação, substituindo estes por um “script” feito no chamado “sul maravilha”, com figurinos portados por pessoas bem vestidas e supostamente esclarecidas, mas representantes das formas de poder. É útil lembrar que a ideologia de espelhamento no modelo “hollywoodiano” não configurou-se como uma “dependência” brasileira (está, de fato, presente na política externa norte-americana posterior à Segunda Guerra Mundial), tendo sido espalhada pelo globo e podendo ser conferida no excelente livro *Vida o filme*, de Neal Gabler. Dessa forma, no artigo “A década do jornal da tranquilidade”, Elisabeth Carvalho lembra (p.33 e 34) que, na época *“no Jornal Nacional, o povo era bonito e bem alimentado. O otimismo, a idéia de um Brasil Grande e decididamente unificado, riscado da lista dos países subdesenvolvidos e agora encabeçando, graças ao 'milagre brasileiro', o bloco dos intermediários, quase roçando o desenvolvimento - esta era a imagem que o principal telejornal do país deveria alimentar”*. Para finalmente reconhecer que *“havia também um padrão estético a respeitar: pessoas com defeito físico, de ar miserável, sem alguns dentes na boca ou mesmo com roupas rasgadas deveriam a todo custo ser evitadas no vídeo”*

Coloca-se assim, já que se conhece que os colegas que estão “no batente” não dispõem de tempo e instrumentos (muitas vezes, nem disposição) para devotar aos estudos das características e relações (de toda ordem) dos processos da produção de notícias na TV. Ressaltamos que seria muito útil para “clarear” o território se os telejornalistas da “prática” estivessem mais próximos das escolas, uma vez que tanto os que estão “no dia-a-dia” quanto os acadêmicos podem ajudar na compreensão dos modelos e opções aplicados, como fazem muitos profissionais nos EUA que, volta e meia, vão às universidades para realizar amplas “revisões” das práticas em que se envolvem. Por outro lado, ressalta-se que não se trata de simplesmente colocar “frente-a-frente” profissionais e acadêmicos, numa situação de confronto “pugilístico” e desconfiança motivada por pura “manha” de acadêmicos ou indisposição dos profissionais -e, por isso, ineficiente-, mas de trazer luz ao entendimento das questões afeitas à área e à sua história. Neste sentido, publiquei, em 1997, a obra *Memórias-Telejornalismo 1*, que tinha por alvo entrevistar cerca de 70 colegas jornalistas de TV, escolhidos por terem participado dos momentos importantes da história do

telejornalismo. Na obra estão corajosamente registradas algumas experiências (nem sempre charmosas) da prática no telejornalismo recente em nosso país.

Como qualquer outra instituição, a Globo precisa da máxima eficiência no seu “cardápio” de produtos (e do seu corpo de fiéis trabalhadores, ordeiramente realizando suas atribuições com total profissionalismo, via-de-regra com muita “fé” na empresa) para realizar seu “negócio”. O “produto” telejornal sempre foi parte importante para atingir e consolidar o planejamento da empresa -- quer fosse financeiro (venda dos espaços publicitários mais caros), cultural (pasteurização da cultura nacional e regional, colocando todos na “grade”, logo depois das novelas) mas, sobretudo de ação política (destaque para os fatos que interessam a alguns) -- da emissora. Assim, é linear entender a opção da Globo pelos representantes das elites nos telejornais da emissora (o que rendeu à emissora o ainda ecoante ‘fora Rede Globo, o povo não é bobo’, quando das Diretas-Já). Como nas demais organizações capitalistas, a Rede Globo (não só ela, é óbvio) usou seu poder para projetar os poderosos que precisavam de exposição (nesta questão, sempre chamou a atenção a insistência da Globo em veicular continuamente as ações do “coronel” baiano, Antonio Carlos Magalhães, amigo pessoal do dono da Globo e fiel escudeiro do mesmo quando ocupou ministérios em Brasília). Assim, a proximidade com os governos federal, estadual e municipal, peça estratégica para as ações dos *lobbies* nas esferas econômico-políticas (uma nota no Painel da Folha de S.Paulo de 18.02.1988 (p.A.4), afirmava que “A Rede Globo foi autorizada por sua direção a mencionar em seus noticiários a existência e o crescimento, entre os constituintes, da corrente favorável a um mandato de quatro anos para Sarney”), “azeitava”, então, a relação do detentor da concessão, comprometendo-o na direção do lamentavelmente praticado “uma mão lava a outra” (vale resgatar o momento em que Roberto Marinho incluiu no JN um editorial sobre o PFL, cf. manchete “Editorial sobre o PFL causa falhas no JN”, conforme Folha de S.Paulo, 26.09.1987(p.A.28)). Dessa forma, e neste contexto, tornava-se impossível a presença dos brasileiros da “base da pirâmide” nos telejornais da emissora (em nome de quem, aliás, o presidente confere a concessão para a exploração do canal), que tinha padrão estético e editorial rígido e de exclusão social como linha demarcatória de ação. Reforçando esta evidência, em artigo na Folha de S.Paulo de 26.04.1995 (p.5.7), o filósofo Renato Janine Ribeiro concluiu que “a ficção da Globo é mais jornalística e o jornalismo mais ficcional do que parecem ser”. Em outra ocasião, como relata Nelson de Sá na Folha de S.Paulo de 16.01.1993 (p.1.11), a Globo usou o Globo Repórter para defender a pena de morte, em tendenciosa edição que mais parecia campanha por este tipo de radicalismo.

Manter o foco nestes casos revela o esforço de intelectuais e pesquisadores em desmitificar os meios de comunicação de massa, sem negar-lhes a importância e as ações construtivas que também realizam. Mas, é inaceitável dar crédito àqueles que vendam os olhos e anestesiam a memória quando se trata de encarar destemidamente as ações tortas e egocentradas praticadas pela Rede Globo, centradamente no período em destaque. Como empresa de capitalismo pleno, esta visa o lucro e sua manutenção no mercado via consolidação dos seus produtos. Para isso, a emissora arma-se do mais amplo e sofisticado conjunto de recursos (técnicos e humanos), competência e estratégias, lutando incessante para a consolidação de seus índices e o lucro do seu empreendimento. Dessa forma, imaginar que esta empresa não atuou de forma intencionalmente direcionada no trato e seleção das pautas e personagens que tiveram espaço e voz nos seus telejornais é enorme ingenuidade e desconhecimento. Durante bom tempo (e ainda hoje) a emissora teve acesso privilegiado aos meandros do poder, tendo acolhido, inclusive, um Diretor de

Jornalismo indicado pelo próprio Collor, que passou então a ter um canal aberto com o principal telejornal do país.

Com estas (e as demais) reflexões é justo entender que nas décadas de 1970, 1980 e 1990 os telejornais da Rede Globo selecionaram e abriram seus canais de forma praticamente exclusiva para os engravatados representantes de todas as formas organizadas de poder, fossem elas políticas, econômicas, esportivas, culturais, empresariais etc. Assim, reforça-se que, durante longo tempo o que se via nos telejornais da Rede Globo eram os representantes do que se poderia chamar de “sistema” organizado, ficando às moscas o grande contingente de brasileiros despossuídos de bens e projeção, justamente aqueles que, de uma forma ou outra, constituem majoritariamente a nação.

Destaca-se que não se trata de simplesmente “demonizar” a emissora -- aliás, o que a Globo praticamente fez com o ator Guilherme Pádua, conforme concluiu Hamilton dos Santos, no jornal O Estado de S.Paulo de 24.01.993, (p.2). O que se procura é não render-se à “demonização invertida”, aquela supostamente da “santificação” da emissora e dos seus padrões de produção de noticiários, que piamente apregoaria que durante sua existência a Rede Globo tenha sido um “convento de monges budistas”, local onde não se faz escolhas (afinal, a atuação jornalística não é “política”?) e sistema que aplica amplos e cuidadosos métodos de equilíbrio e isenção na abordagem e veiculação das pautas e seleção dos agentes sociais falantes. Aliás, é insano acreditar que o jornalismo seja apartidário e isento, como costumavam pregar os docentes no passado. Nesta direção, é sempre bom lembrar as múltiplas possibilidades da captação e edição de entrevistas e fatos e as incontáveis possibilidades de descontextualização das narrativas reais. Todos sabem que existem nuances na dosagem e aprofundamento das pautas, mesmo nos telejornais com fortes e equilibradas preocupações editoriais. Aliás, é saudável resgatar o caso Proconsult (eleições de 1988), ainda presente na memória de muitos. Além disso, reconhece-se que as tendências (*biases*) editoriais não representam novidade, nem são tipicamente brasileiras. Seguramente por isso, Armando Nogueira o editor-chefe do Jornal Nacional por longo período, afirmou que a “TV é um veículo solidário com o poder dominante”, conforme consta na Folha de S.Paulo de 10.07.1988, (p.D.4). Ainda nesta mesma entrevista, Nogueira admite que “Nós não dizemos que o governo está bom, só não dizemos que o governo está ruim”. Além disso, uma manchete da Folha de S.Paulo de 11.03.1990 (p.E.6) advertia que um jornalista do JN (Alexandre Garcia) tornara-se “parte” do governo. Decididamente, na época da “sociedade do conhecimento” não se pode negar os fatos, seus personagens e a história.

Por último, é sinal de saúde mental descartar a idéia que, nos processos internos de produção de notícias e telejornais, a Rede Globo tenha publicado regras explícitas quanto à seleção de entrevistados e populares que deveriam aparecer --ou não-- nos seus telejornais. Aliás, seria ingenuidade das grandes supor que alguém expressaria isto de forma clara, mesmo que oral e de forma restrita. Mas, que a tela da Globo foi palco exclusivo para os “WASPs” nativos, isto foi, como aliás, constataram os pesquisadores norte-americanos Michael Leslie (University of Florida) e William Barlow (Howard University) no paper *Illusion and reality on commercial television: A comparison of Brazil and the U.S.* Neste estudo, Leslie e Barlow concluem que, apesar de na época os negros e pardos representarem 46% da população, este contingente social estava presente na tela da Globo só em 6% do noticiário. E, mais preocupante: sempre que apareciam, os negros e pardos estavam relacionados com crimes em 76% do tempo exposto e só 24% em situações “positivas”. Por isto tudo, entende-se ser inevitável --e frutífera-- a contínua necessidade do resgate da história do telejornalismo brasileiro. Mesmo que isto seja dolorido e de difícil aceitação para

alguns, pois sociedades democráticas e estáveis se constroem com a valorização das boas e construtivas práticas realizadas, mesmo que outras empanem --em certos momentos-- seus atores, embotando-os aqui ou ali, mas servindo como oportunidade para foco “iluminista” na área. Este se faz com cuidadoso estudo, reflexão, mas sobretudo, coragem e a partir do resgate e da contextualização históricos, contribuindo para evitar que a falta da memória ‘canonize’ os responsáveis pelos eventuais desvios praticados e pelos desmandos do projeto editorial das empresas concessionárias.

Afinal, como Maria Rita Kehl destaca, não se trata de “afinar o coro dos descontentes de acordo com o tom ditado pela minoria satisfeita”, mas de encarar a história sem histrionismos de qualquer espécie.

P.S.: Este texto é o resumo de outro, acadêmico, que preparei e que deve ser publicado por revista universitária da área.